Destino(s):
 SÃO PAULO/PA - Brasil

 Servidor(es):
 5614830019/LUIS HENRIQUE RODRIGUES DE MENDONÇA (MAJ QOPM) / 4.5 diárias (Completa) / de 26/01/2012 a 30/01/2012

 Ordenador: FERNANDO AUGUSTO DOPAZO NOURA

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 339474
PORTARIA: 022/2012-CMG

Objetivo: A SERVIÇO DO GOVERNO DO ESTADO.
 Fundamento Legal: LEI ESTADUAL Nº 5.119 DE 19 MAIO DE 1987.

Origem: BELÉM/PA - BRASIL
 Destino(s):
 UBERLÂNDIA/MG - Brasil

 Servidor(es):
 32729905/AGENOR DOS SANTOS (INSPETOR MECÂNICO) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/01/2012 a 03/02/2012
 8084577021/CLOVIS DAMETTO (COMANDANTE DE AERONAVE II) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/01/2012 a 03/02/2012
 55967004/LUIZ CLAUDIO ROSA DA COSTA NUNES (COMANDANTE DE AERONAVE II) / 5.5 diárias (Completa) / de 29/01/2012 a 03/02/2012

 Ordenador: FERNANDO AUGUSTO DOPAZO NOURA

Procuradoria Geral do Estado

ADMISSÃO DE SERVIDOR
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 339495

Órgão: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
 Modalidade de Admissão: Temporário
 Ato: Contrao nº 02/2012-PGE
 Data de Admissão: 08/02/2012
 Nome do Servidor Cargo do Servidor Término Vínculo Observação
 Dirceu Daniel Alves Reis Assistente de Procuradoria 07/02/2013
 Ordenador: Caio de Azevedo Trindade

PORTARIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 339240
PORTARIA Nº 089/2012-PGE.G.,
DE 06 DE FEVEREIRO DE 2012

CONCEDER, férias regulamentares aos servidores deste Órgão, no período determinado conforme abaixo relacionados:

Nome	Cargo	Aquisitivo	Gozo
Ana Cristina Soares	Procurador do Estado	2011/2012	23.03 a 21.04.12
Antonio Carlos Dias Mendes	Auxiliar de Administração	2011/2012	01.03 a 30.03.12
Brunna Valescka de Carvalho Silva	Técnico de Procuradoria	2010/2011	01.03 a 30.03.12
Cezar de Souza Casseb	Assistente de Procuradoria	2011/2012	01.03 a 30.03.12
Gustavo da Silva Lynch	Procurador do Estado	2011/2012	05.03 a 03.04.12
Hubertus Fernandes Guimarães	Procurador do Estado	2009/2010	02.03 a 31.03.12
José Eduardo Cerqueira Gomes	Procurador do Estado	2010/2011	15.03 a 13.04.12
Nírive Faciola Naif Daibes de Souza	Técnico de Procuradoria	2011/2012	12.03 a 10.04.12
Rodrigo Costa Pinto	Assistente Administrativo	2011/2012	05.03 a 03.04.12
Rodrigo Godinho de Sousa	Assistente de Procuradoria	2011/2012	01.03 a 30.03.12
Sueny Maria dos Santos Imbiriba	Auxiliar de Administração	2010/2011	01.03 a 30.03.12
Vera Lucia de Souza Pinto	Auxiliar de Administração	2011/2012	12.03 a 10.04.12

CAIO DE AZEVEDO TRINDADE
 Procurador-Geral do Estado

DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 339329
PORTARIA: 093/12-PGE.G

Objetivo: Realização de audiência.
 Fundamento Legal: Dec. 2819/94
 Origem: BELÉM/PA - BRASIL
 Destino(s):
 Breves/PA - Brasil

 Servidor(es):
 5896368/Bianca Ormanes da Cunha (Procurador do Estado) / 0.5 diárias (Alimentação) / de 09/02/2012 a 09/02/2012

 Ordenador: Carolina Ormanes Massoud

Defensoria Pública do Estado do Pará

RESOLUÇÃO CSDP Nº 080 DE 29 DE OUTUBRO DE 2011.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 339340

Regulamenta a liberação para especialização, mestrado e doutorado em acordo com o art. 33 da Lei Complementar Estadual n. 54/2006 e dá outras providências.
 O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 11 c/c o art. 16, § 2º, da Lei Complementar n. 054, de 07 de fevereiro de 2006; CONSIDERANDO os termos dos arts. 33 e 48 da LCE n. 054/06;

CONSIDERANDO os princípios institucionais da Defensoria Pública, nos termos do art. 54 da LCE n. 054/06;
 CONSIDERANDO que é de interesse da Instituição a constante qualificação de seus quadros e a necessidade de haver um processo de seleção impessoal e justo com a finalidade de aprimorar a formação de todos os Defensores Públicos;
 CONSIDERANDO que a liberação de defensores públicos para estudo engrandece a Instituição, contribuindo para que a prestação do serviço público se dê de forma mais eficiente e qualificada;
 CONSIDERANDO a deliberação do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública na sessão ordinária realizada no dia 29 de setembro de 2011.

Resolve:
CAPÍTULO I
DO AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSOS, PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHOS, DISSERTAÇÕES OU TESES, PARA CURSAR DISCIPLINAS EM INSTITUIÇÕES DIVERSAS E DO HORÁRIO ESPECIAL

SEÇÃO I
DOS AFASTAMENTOS DE LONGA DURAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ESTUDOS NO PAÍS OU NO EXTERIOR

Art. 1º As liberações de que trata o art. 33, inciso III, da Lei Complementar nº. 54/2006 poderão ser autorizados pelo Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará, desde que, atendida a conveniência e oportunidade administrativa e respeitado o interesse público, devendo, para tanto, ser observadas as demais prescrições legais e as regras estabelecidas nesta Resolução.

§ 1º Salvo comprovação prévia da necessidade de prazo maior, o afastamento inicial do membro para cursar as disciplinas de cursos de Mestrado e especialização será de até 1 (um) ano e, de cursos de Doutorado, de até 2 (dois) anos, sendo possível a prorrogação, por, no máximo, igual período, desde que demonstrado não ter sido possível, justificadamente, a conclusão dos créditos no prazo inicialmente previsto.

§ 2º Concluídas as disciplinas e não tendo havido prorrogação do prazo, não disporá o membro afastado do mesmo prazo a que se refere o art. 3º, caput, e seu parágrafo único, para a elaboração de sua dissertação ou tese, mas terá preferência para pedir licença-prêmio desde que justifique como finalidade a conclusão de dissertação ou tese.

Art. 2º Os requerimentos para o afastamento deverão ser endereçados ao Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública, nos prazos dos artigos 5º ou 6º, instruídos com a documentação que comprove:

I - o nome da instituição de ensino que oferece o curso, a sua natureza, regime e local de funcionamento, tempo de duração, com datas previstas para seu início e término e carga horária, assim como programa, traduzido caso esteja em língua estrangeira;

II - no caso de curso de mestrado ou doutorado no Brasil, a nota de avaliação do CAPES, ou, no caso de universidade estrangeira, aonde poderá ser procedida a convalidação para validade em território nacional e a nota da avaliação do CAPES do curso da instituição convalidadora;

III - projeto, pré-projeto ou anteprojeto elaborado pelo interessado quando utilizado na seleção para o curso de mestrado ou doutorado, que exponha a pertinência do curso com os objetivos e princípios institucionais da Defensoria Pública;

IV - comprovação documental, ou declaração correspondente, de domínio suficiente da língua em que será ministrado o curso no exterior;

V - cumprimento do estágio probatório e a comprovação de estabilidade na carreira reconhecida pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;

VI - não ter sofrido sanção disciplinar nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores à data do requerimento;

VII - estar no efetivo exercício das suas funções no âmbito da Defensoria Pública do Pará e em dia com seus deveres funcionais.

§ 1º Os afastamentos só serão concedidos se devidamente demonstrado o efetivo interesse da Defensoria Pública na sua realização, bem assim se a matéria constante da tese corresponder a uma das áreas de atuação da Defensoria Pública.

§ 2º Não será permitido afastamento para curso de pós-graduação realizado no Pará, salvo nos casos do art. 3º desta Resolução.

§ 3º O disposto no inciso VI deste artigo deverá ser demonstrado entre 10 (dez) e 15 (quinze) dias que antecedem o início da liberação, mediante certidão da Corregedoria, sob pena de suspensão da licença até a efetiva regularização do serviço. Nesta última hipótese, passados mais de 60 (sessenta) dias de suspensão sem que haja regularização do serviço, ocorrerá a revogação automática da autorização de afastamento.

SEÇÃO II
DO AFASTAMENTO DE CURTA DURAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÕES OU TESES

Art. 3º Não tendo utilizado o afastamento para curso de Mestrado, Doutorado, para a conclusão do trabalho de dissertação ou tese, poderá o membro da Defensoria Pública pleitear seu afastamento por prazo não superior a dois (2) meses, para a elaboração de dissertação de mestrado, e de três (3) meses, para elaboração de tese de doutorado, ouvido previamente este Colegiado, desde que, além de atendida à conveniência do serviço, sejam observadas as demais prescrições legais e normas estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo Único. A licença prevista neste artigo não se aplica aos cursos de especialização.

Art. 4º O requerimento para o afastamento previsto no art. 3º deverá ser dirigido ao Defensor Público Geral, instruído com:

- I - nome da instituição de ensino;
- II - regulamento do curso;
- III - projeto de trabalho da dissertação ou tese;
- IV - cronograma de elaboração do trabalho.

Parágrafo único - Atender-se-á, no que couber, o disposto no art. 2º desta Resolução.

SEÇÃO III-
DO AFASTAMENTO PARA CURSAR DISCIPLINAS EM INSTITUIÇÕES DIVERSAS

Art. 5º Não tendo utilizado o afastamento para curso de Mestrado, Doutorado e para a conclusão do trabalho de dissertação ou tese, poderá o membro da Defensoria Pública pleitear seu afastamento por prazo não superior a 1 (um) ano, para cursar disciplinas em instituição de ensino superior diversa àquela de origem, ouvido previamente este Colegiado, desde que, além de atendida à conveniência do serviço, sejam observadas as demais prescrições, legais e normas estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo Único - A licença prevista neste artigo não se aplica aos cursos de pós graduação lato-sensu.

Art. 6º O requerimento para o afastamento previsto no art. 5º deverá ser dirigido ao Presidente do Conselho Superior, instruído com:

I - nome da instituição de ensino de destino, onde pretende cursar a(s) disciplina(s).

II - regulamento do curso de destino;

III - projeto de trabalho da dissertação ou tese;

IV - parecer da Instituição de ensino de origem ou do orientador, apontando as razões da realização de disciplina em instituição de ensino superior diversa.

Parágrafo único. Atender-se-á, no que couber, o disposto no art. 2º desta Resolução.

SEÇÃO IV
DO HORÁRIO ESPECIAL

Art. 7º Não tendo utilizado o afastamento para curso de Mestrado ou Doutorado, poderá o Defensor Público requerer Horário Especial de Trabalho, a fim de compatibilizar as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública com a realização das disciplinas do programa de pós-graduação, assim como outras atividades essenciais à conclusão do programa.

§1º A concessão de horário especial deverá ser precedida de manifestação da Coordenação a que estiver vinculado o Defensor Público requerente, a respeito de sua compatibilidade com as atividades desenvolvidas na Defensoria Pública;

§2º O horário especial pode ser concedido de forma específica, com detalhamento do regime especial de trabalho, ou de forma genérica, quando os períodos de afastamento serão definidos pela Coordenação a que o Defensor Público estiver vinculado.

§3º Os termos do horário especial de trabalho poderão ser modificados toda vez que houver alteração fática na necessidade de compatibilização às exigências do programa de Pós-graduação ou por necessidade do serviço público.

Art. 8º O requerimento para o horário especial, previsto no art. 7º deverá ser dirigido ao Defensor Público Geral, instruído com:

I - nome da instituição de ensino.

II - comprovação de matrícula ou aprovação no programa de pós graduação;

III - projeto de dissertação, tese ou monografia jurídica, quando houver;

IV - horário das disciplinas, quando o horário especial for requerido com a finalidade de cursá-las, e/ou exposição de motivos do requerente, demonstrando a necessidade do horário especial para assegurar a realização de outras atividades do programa de pós-graduação.

Parágrafo único - Atender-se-á, no que couber, o disposto no art. 2º desta Resolução.

SEÇÃO V
DAS REGRAS COMUNS

Art. 9º Os membros interessados em se habilitar ao afastamento para a realização de curso de pós-graduação deverão endereçar requerimento ao Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Pará, manifestando tal intenção, acompanhado da documentação referida no art. 2º, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao início do afastamento.

§1º Anualmente, o CSDP publicará a indicação das áreas consideradas prioritárias pela instituição, para realização de pós-graduação.

§ 2º Os pedidos de afastamento ante a necessidade de urgência da apreciação deverão, ser colocados em pauta na sessão imediatamente subsequente para julgamento.

§3º Os deferimentos dos pedidos de afastamento ficam limitados ao quantitativo expresso no art. 11 desta resolução, exceto em caso afastamento para cursar disciplinas em instituição diversa, da licença de curta duração para elaboração de dissertações ou teses e do horário especial.

Art. 10. A posse em outro cargo público, salvo se acumulável com o exercício na Defensoria Pública, acarretará a imediata interrupção do afastamento concedido e a devolução dos valores recebidos a título de vencimentos e vantagens durante o período do afastamento.

Parágrafo único - A devolução dos valores retro-indicados também será devida àquele que interromper o curso sem justa causa, aferida pelo Conselho Superior.

Art. 11. O total de afastamentos para cursos poderá ser de até 7 defensores públicos em atividade por ano, independente da entrada.

§1º Considera-se em efetivo exercício o número total de defensores públicos em atividade, exceto os que se encontrem em gozo de:

- I- licença-saúde;
- II- licença por doença na família;
- III- licença-maternidade
- IV- licença para exercício da presidência de associação de classe;
- V- afastamento em razão de instauração de processo disciplinar;

§2º Em caso dos pedidos submetidos ao Conselho Superior superarem as vagas disponíveis, a preferência será fixada com observância dos seguintes critérios:

- I - nota da avaliação da CAPES do curso de mestrado ou doutorado